

## **Relato da 6ª reunião do Grupo Externo de Acompanhamento das Apurações Administrativas**

**Data:** 7 de outubro de 2013

**Local:** Sede da Corregedoria-Geral da Administração

**Presentes:** Transparência Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil-SP, Ordem dos Economistas do Brasil; Escola Politécnica da Universidade da São Paulo; Instituto Ethos, Sindicato dos Engenheiros de São Paulo.

**Pauta:**

1. Análise, retificação e assinatura da ata da reunião de 30 de setembro;
2. Relato do andamento das apurações e das principais diligências realizadas entre 30 de setembro e 7 de outubro;
3. Apresentação das próximas providências planejadas;
4. Informações sobre a formação de preço, conforme documentos enviados com a participação de representantes da CPTM;
5. Outras questões apresentadas.

A reunião trocou a ordem de pauta e iniciou com o debate sobre o processo de formação de preço na Companhia Paulistas de Transporte Metropolitano (CPTM) e contou com a participação de três representantes da empresa: Cleanto Pereira (Assessor Técnico da Gerência de Custos), Henry Munhoz (Gerente de Engenharia de Manutenção) e Caio Augusto Forjaz (Advogado da Gerência Jurídica). Os funcionários da CPTM explicaram que o atual sistema de formação de preços foi estruturado em 2008 com o objetivo de separar claramente o processo de especificações dos produtos do processo de formação de preço, que hoje conta, segundo os representantes da CPTM. Naquele ano, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez recomendações para que a empresa de trens deixasse de utilizar como parâmetro os valores praticados em contratações anteriores. Até 2008, a especificação e a formação de preços eram realizadas por uma mesma equipe, que utilizava o parâmetro de preços já contratado pela própria empresa como prática mais comum e realizava, para contratos de manutenção com valores elevados, uma pesquisa de padrão de preços internacional. Henry Munhoz também informou que nos processos de reforma de vagões, o valor não poderia ultrapassar 60% do custo de um novo.

Na sequência, o presidente da Corregedoria-Geral da Administração (CGA), Gustavo Ungaro, conduziu a aprovação da ata da 5ª reunião e fez o relato das ações realizadas pela CGA desde a última reunião. Ungaro também apresentou as próximas providências planejadas, que incluem o questionamento que a Corregedoria fará ao Metrô e a CPTM a respeito da classificação como sigilosa as informações contidas nos documentos encaminhados ao Grupo Externo durante a 4ª e 5ª reuniões. O questionamento da CGA seguirá o que foi definido pela Lei de Acesso à Informação Pública (nº 12.527), regulamentada no Estado de São Paulo pelo [Decreto nº 58.052, de 17 de maio de 2012](#), com o objetivo de saber qual grau de classificação do sigilo (reservada com restrição para a divulgação de cinco anos, secreta, 15 anos, ou ultra-secreta, com 25 anos) e a razão alegada para essa ação.

Por último, foi apresentado o texto apresentado pela Transparência Brasil com sugestões para o processo de definição de preços de referência visando evitar cartéis e a corrupção. O debate sobre as propostas contidas ali foi postergado para um próximo encontro.